

Entidades sindicais apresentam pautas de reivindicações da categoria



Proifes e Andes enviaram propostas de reestruturação da carreira e valorização salarial ao Governo Federal

INFORMES

2

Em maio, Sindicato promove palestras sobre Funpresp e atuação sindical

JURÍDICO

3

Assessoria jurídica informa o andamento das ações ajuizadas pela Apufsc-Sindical

SINDICATO

8

Plano Estadual de Educação recebeu contribuições de representantes do Sindicato

Excursão vai levar professores para a festa da cultura austríaca em Treze Tílias

Em outubro acontece na cidade de Treze Tílias, no oeste catarinense, a Tirolefest, uma festa que celebra a cultura austríaca, através de música, gastronomia, desfiles, dança e chope. Para que os professores possam conhecer o evento, a Apufsc está organizando uma excursão entre os dias nove e 12 de outubro. Os interessados podem fazer as inscrições entre os dias 25 de maio e três de junho. O valor por pessoa é de R\$ 693, que inclui ônibus, com saída de Florianópolis, e três diárias com café da manhã no Hotel Dreizenhlinden.

No ato da inscrição serão cobrados R\$ 225, que pode ser em dinheiro ou cheque, mais duas parcelas de R\$ 234, em cheques pré-datados.

Informações e inscrições podem ser feitas com Henrique na sede da Apufsc do Campus Universitário ou pelo telefone (48) 3234-3187.

Apufsc realiza a palestra “O que é sindicato”, sobre atuação sindical

No dia 28 de maio, às 18h30, acontece no auditório da Apufsc sede Campus Universitário a palestra “O que é sindicato”, ministrada pelo professor aposentado da UFSC e ex-secretário geral da Apufsc, Milton Muniz.

O palestrante vai abordar temas como a criação dos sindicatos que representam os professores das universidades federais nacionalmente, como o Proifes e o Andes, e a construção das entidades locais, com destaque para a criação da Apufsc.

As perspectivas sindicais também serão abordadas, assim como a criação das centrais sindicais e um histórico da atuação dos sindicatos entre 1906 e 1964 também serão temas do encontro.

Palestra vai abordar novas regras estabelecidas pelo Funpresp

O Fundo de Pensão para os Servidores Públicos Federais (Funpresp) será tema de palestra promovida pela Apufsc-Sindical no dia 26 de maio, às 18h30, no auditório do Sindicato, localizado na sede do Campus Universitário em Florianópolis. O representante da Funpresp em Santa Catarina, Raulino Bruno Lopes da Costa, é quem vai ministrar a palestra, que será transmitida, via videoconferência, para as sedes da Apufsc em Araranguá e Curitiba.

O regime de previdência complementar para servidores públicos federais foi instituído pela Lei 12.618, de 30 de abril de 2012 e entrou em vigor em 2013. Entre outros pontos, a norma acaba

com a aposentadoria integral para novos servidores públicos federais, estabelecendo como limite para aposentados o teto do Regime Geral da Previdência. O fundo não atinge apenas os novos ingressantes no serviço público, mas também aqueles que já estão na ativa, caso venham a optar pela adesão.

A previdência complementar é um benefício opcional, que proporciona ao servidor um seguro previdenciário adicional, conforme sua necessidade e vontade. No Brasil, a previdência complementar é composta por Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC) e Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC).

Cursos de informática estão com inscrições abertas

Estão abertas as inscrições para os cursos de informática oferecidos pela Apufsc-Sindical. As aulas de informática básica começam no dia nove de junho, no laboratório do Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI) da Universidade Federal de Santa Catarina, no campus da Trindade. As aulas acontecem todas as terças-feiras, das 10h às 12h. Por meio do curso, o aluno vai aprender a escolher um computador adequado às suas necessidades, proteger de vírus e outras ameaças, baixar e instalar programas, conhecer os principais aplicativos e criar documentos e planilhas.

O curso de mídias sociais, que começa no dia 11 de junho, tem como objetivo contextualizar e ensinar a utilizar ferramentas como Facebook, WhatsApp, Twitter, entre outras. As aulas acontecem todas as quintas-feiras, das 10h às 12h, no auditório da sede do Sindicato no Edifício Max & Flora, no bairro Trindade. A taxa de inscrição é de R\$ 50 e não há mensalidade. Informações e inscrições podem ser obtidas com Henrique, ou pelo telefone (48) 3234-3187.

Yoga para professores

Empenhada em contribuir para a qualidade de vida de seus filiados, a Apufsc firmou convênio com o Yagaluz Escola-Lazer para aulas de yoga, com turma gratuita todas as terças e quintas-feiras, das 16h30 às 17h45, na sede da escola Yagaluz. Outros horários estão disponíveis com o valor do cartão aulas subsidiado em 30% pela Apufsc.

A escola está localizada na Rua Professor Marcos Cardoso Filho, 632, Santa Mônica, em Florianópolis. Mais informações, o contato pode ser feito com Ana Cristina da Luz, pelo e-mail: yagaluz@yagaluz.com.br ou pelo telefone (48) 3015-1557.

Os interessados podem ir à escola e fazer uma aula experimental gratuita em qualquer horário da grade. Basta chegar ao mínimo 10 minutos antes da aula e levar uma toalha grande, tapete de yoga e roupa confortável.

Viagem ao Festival de Dança

O Sindicato está organizando excursão para o Festival de Dança de Joinville. A viagem será no dia 1º de agosto (sábado), quando acontece a Noite dos Campeões. O valor da viagem, que inclui ônibus, uma diária no Hotel Plaza Norte e seguro, é de R\$ 235, em apartamento duplo. O valor do ingresso para a plateia dois é de R\$ 94, com desconto de 50% para maiores de 60 anos, ficando em R\$ 47.

O prazo para inscrições vai até o dia 21 de maio. Para garantir a inscrição será cobrado um sinal no valor de R\$ 50, mais o valor do ingresso, conforme a faixa etária.

Inscrições e informações com Henrique no telefone (48) 3234-3187. A viagem é uma promoção das Diretorias de Assuntos de Aposentadoria e de Promoções Sociais, Culturais e Científicas da Apufsc.

Departamento jurídico reporta a situação dos processos judiciais promovidos pelo Sindicato

A assessoria jurídica da Apufsc-Sindical elaborou relatório sobre o andamento de algumas ações ajuizadas pela Apufsc para deixar os professores informados da situação. A execução da ação dos 3,17% ainda está em tramitação processual, aguardando o julgamento dos embargos. De acordo com os advogados, um grupo pequeno de filiados ainda não recebeu os valores a que tem direito.

A execução da ação do vale-alimentação, que tramita desde 2001 e pede o pagamento de vale-alimentação nos períodos de férias e licença dos docentes, também está em tramitação processual e aguardando o julgamento dos embargos. A assessoria informa que grande parte dos professores já recebeu os valores.

Ainda em tramitação processual e aguardando o julgamento do embargo, a execução dos 28,86% sobre o cargo de chefia já foi paga para a maioria dos que entraram com a ação.

Também em tramitação processual, a ação do pagamento da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) aos professores aposentados entre 2004 e 2008, aguarda julgamento dos embargos. Já houve o pagamento para a maioria dos docentes.

Atualmente suspensa, a execução dos quintos está aguardando publicação de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Ajuizada em dezembro 2006, a ação obteve o reconhecimento do direito dos professores à incorporação e atualização das frações de quintos decorrentes do exercício de funções comissionadas no período de abril de 1998 a setembro de 2001, com o pagamento das respectivas diferenças remuneratórias, acrescidas de juros e correção monetária.

A ação de repetição de indébito do Plano Bresser ainda está em tramitação processual, com recurso na Turma Nacional dos Juizados Federais. A ação do Plano Verão, com a poupança do Banco do Brasil está em execução. Ela foi ajuizada

para os professores que solicitaram. As sentenças são favoráveis, mas o Banco está recorrendo. Portanto, se encontra em grau de recurso. Já a ação da poupança contra a Caixa Econômica Federal não foi ajuizada até o momento. Segundo os advogados, a CEF entrou com ação rescisória contra a decisão transitada em julgado.

Sobre a ação do Plano Bresser 1815/90, o setor jurídico informa que faltam receber um grupo de mais ou menos 20 professores, que já estavam com cálculos prontos. O juiz determinou extinção do processo. Foi entrado com recurso. Aguardando decisão.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou como legal a manutenção de informações cadastrais para fins de crédito comercial, e os processos contra o Serasa para reparação por danos morais estão sendo extintos.

Veja o andamento de outras ações:

- Atualização do auxílio pré-escolar – sentença improcedente – aguardando julgamentos de recursos pelas Instâncias Superiores (STF / STJ);
- Conversão em pecúnia de licença prêmio não gozada – sentença procedente – aguardando julgamento de recurso pelo STJ;
- Atualização do auxílio alimentação – sentença improcedente – aguardando exame de admissibilidade de recursos pelo TRF4;
- Revisão geral e anual da remuneração dos servidores federais – sobrestamento do feito pelo TRF4 até o julgamento final da repercussão geral pelo STF;
- Reajuste dos proventos de aposentadoria – sentença procedente – prazo de recurso ao TRF4 aberto;
- Incidência de contribuição previdenciária sobre parcelas não incorporáveis aos proventos – suspensão do feito pela Primeira Instância até o julgamento final da repercussão geral pelo STF;
- Revisão geral em índices diferenciados – sentença improcedente – aguardando

exame de admissibilidade de recursos pelo TRF4;

- Abono de permanência independente de requerimento do servidor – recurso da Apufsc provido de plano pelo TRF4 para julgar procedente a ação – acórdão transitado em julgado;
- Conversão em pecúnia de férias não gozadas – extinção do feito sem resolução de mérito – aguardando julgamento de recurso pelo TRF4;
- Incidência de imposto de renda sobre pagamentos acumulados – extinção do feito sem resolução de mérito - aguardando julgamentos de recursos pelas Instâncias Superiores (STF / STJ);
- correção monetária sobre pagamentos administrativos – extinção do feito sem resolução de mérito – mantida a decisão pelo TRF4 – prazo de recursos para a Instância Superior (STF / STJ) aberto;
- Pagamento de auxílio alimentação durante os períodos de afastamento – sentença procedente – aguardando julgamento de recurso pelo STJ;
- Pagamento do adicional de insalubridade durante o período de licença para capacitação e/ou afastamento para participação em programa de pós-graduação stricto sensu – sentença improcedente – mantida a decisão pelo TRF4 – STJ determina novo julgamento – aguardando novo julgamento pelo TRF4;
- Direito às férias durante o afastamento ou licença para estudo ou capacitação – sentença procedente - aguardando exame de admissibilidade de recursos pelo TRF4;
- Não incidência de imposto de renda sobre parcelas de natureza indenizatória – sentença procedente – aguardando julgamento de recurso pelo STJ;
- Nulidade do ato do CUn que regulamentou o processo de consulta informal para escolha do reitor – prazo para contestação da UFSC aberto;
- progressão / promoção funcional – prazo para contestação da UFSC aberto.

Sindicatos e Governo Federal iniciam negociações

Proifes e Andes apresentaram pautas de reivindicações ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)

O processo de negociação com o governo pela reestruturação das carreiras e salários do Magistério Superior (MS) e do Ensino Básico, Técnico Tecnológico (EBTT) foi deflagrado pela Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (Proifes-Federação) e pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes). No dia seis de maio, as duas entidades estiveram reunidas no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) para discutir a pauta de reivindicações defendidas por elas. Os líderes sindicais foram recebidos pelo secretário de Relações do Trabalho, Sérgio Mendonça, pela secretária substituta Edina Lima e pelo coordenador geral de Negociação e Relações Sindicais, José Borges. Não havia nenhum representante do Ministério da Educação (MEC), o que foi cobrado pelas duas entidades.

As pautas do Andes e do Proifes já eram conhecidas pelos representantes do MPOG, mas precisam ser aprovadas até agosto deste ano para que sejam enviadas ao Congresso Nacional na apresentação da Lei Orçamentária Anual (LOA). A primeira medida abordada na reunião foi a agenda de encontros onde serão discutidas as pautas específicas de cada entidade. Elas acontecerão entre os meses de maio e junho, o que, para Mendonça é o prazo necessário para realizar os processos e fechar a proposta definitiva que será apresentada aos professores. A Diretoria da Apufsc está reestruturando o GT de Política Sindical para que o Sindicato também apresente sua pauta de reivindicação.

O presidente do Proifes, Eduardo Rolim de Oliveira, entregou novamente ao secretário a pauta de reivindicações que, segundo ele, é o resultado de diversos encontros da entidade, e que já foi entregue

ao MPOG e ao MEC e disse que o documento se dividia em duas partes, sendo a segunda uma ampla discussão sobre as condições de trabalho dos docentes, tratada em cinco reuniões com o MEC em 2014, mas que no seu entender não deviam ser tratadas nesta reunião – ainda que envolvessem o MPOG, pois se trata das resoluções dos problemas enfrentados com a expansão das universidades e institutos federais e que esta pauta deve ser retomada com o MEC, como já foi apresentada ao Ministro Janine Ribeiro em audiência no dia 15 de março.

Rolim destacou a necessidade de continuar com o processo negocial iniciado em 2007, segundo ele “marco de grandes conquistas, conforme demonstrado nos acordos subsequentes assinados pela entidade, que levaram à paridade entre ativos e aposentados, à criação da Carreira de EBTT, à incorporação das gratificações e à valorização salarial”. Segundo o Proifes, as carreiras de MS e EBTT com a estrutura atual foram objetos de acordos assinados com o governo em 2012 e que virou Lei após o envio do PL pela Presidente Dilma Rousseff. O presidente do Proifes afirmou “que não havia sentido pensar em outro ponto de partida para a atual negociação que não as atuais carreiras”.

A vice-presidente do Andes, Marinalva Oliveira, fez um resgate histórico de todo o processo de negociações do Sindicato com o governo, que, segundo ela, foi suspenso em 2014, logo após a Secretaria de Ensino Superior do MEC reconhecer os pontos conceituais que o Entidade propunha para a reestruturação da carreira docente. Ela ressaltou que a recusa do MEC em receber o Andes caracterizava a falta de disposição do governo em negociar efetivamente a pauta dos docentes federais, “o que tem intensificado a indignação e descrença dos docentes”.

Além da reestruturação da carreira e

Proposta defendida pelo Proifes

1) Elevação em 4% real (ou seja acima da inflação) do piso salarial em 01/01/2016, se comparado com o valor de 01/03/2015 (definido na Lei 12.772/2012).

2) Determinação da relação RT/VB em valores de 10% para aperfeiçoados, 20% para especialistas, 50% para mestres e 120% para doutores.

3) Determinação de um acréscimo entre as remunerações de docentes em níveis subsequentes de uma mesma classe, de 5%.

4) Determinação de um acréscimo entre o maior nível de uma classe e o menor da classe subsequente de 10%.

5) Determinação de um acréscimo de 40% para o piso de um docente em regime de 40h em relação ao piso de um docente de 20h.

6) Determinação de um acréscimo para o piso de um docente em DE e o de um docente em 20h, de 100%, em 01/01/2016, de 110%, em 01/01/2017 e de 120%, em 01/01/2018.

7) Em 01/01/2017, aumento real de 2% para todos os docentes, em relação aos salários de janeiro de 2016.

8) Em 01/01/2018, aumento real de 2% para todos os docentes, em relação aos salários de janeiro de 2017.

A pauta do Proifes apresenta, ainda, pendências dos acordos anteriores – propostas em relação a pontos específicos das carreiras, já apresentadas no GT Docente e solicita a recolocação desses assuntos na pauta de discussão entre docentes federais e Governo. O documento aponta, também, outros pontos a serem discutidos: problema com a retroatividade nas progressões e promoções; problema da promoção acelerada; proposta de Lei Orgânica para as Universidades e Institutos federais; reajuste dos benefícios; e mudanças dos critérios de insalubridades.



Proposta defendida pelo Andes

1) Incorporação de todas as gratificações ao vencimento, assegurando isonomia salarial pela remuneração integral e uniforme do trabalho prestado pelo professor do mesmo nível da carreira, mesmo regime de trabalho e mesma titulação;

2) Piso remuneratório no valor de R\$ 2.748,22, correspondente ao salário-mínimo do DIEESE em 1º de janeiro de 2015, para docentes graduado, em regime de trabalho de 20h;

3) Interstício de 5% entre os níveis da carreira;

4) Remuneração integral e isonômica dos integrantes de mesmo nível da carreira, que unifique em uma linha só no contracheque os percentuais correspondentes à titulação e regime de trabalho. Os percentuais de acréscimo relativos à titulação serão: de 75% para doutor ou livre docente; de 37,5% para mestre; de 18% para especialização; de 7,5% para aperfeiçoamento. Tendo como base o regime de 20 horas semanais, os percentuais de acréscimo relativo ao regime de trabalho serão: 100% para o regime de 40 horas; 210% para o regime DE;

5) Paridade e integralidade para os aposentados;

6) Reposicionamento, de forma a resguardar a posição do docente em relação ao topo da carreira na data da aposentadoria, e garantia dos direitos decorrentes da aplicação do artigo 192, da lei nº 8.112/90 (RJU), aos docentes que se aposentaram até 1997 e a seus pensionistas.

A pauta de reivindicação do Andes ainda apresenta as demandas gerais sobre a universidade pública e o docente; autonomia, financiamento e vagas docentes; democratização das instituições e das relações de trabalho; condições de trabalho, capacitação e seguridade; carreira única; e política salarial em comum com os demais servidores públicos federais.

Calendário proposto pelo governo

Abril	Maio a junho	Agosto
Período para que o governo possa processar as propostas que recebeu das entidades e se preparar para as negociações.	90 dias para a negociação propriamente dita, em Mesas Setoriais com as entidades, onde serão discutidas as pautas específicas.	Mês para o envio das propostas ao Congresso Nacional, junto com a LOA.


valorização salarial, o Andes pautou ainda a necessidade de solução efetiva à precarização das condições de trabalho e da infraestrutura nas Instituições Federais de Ensino (IFE) e cobrou do MPOG a previsão de abertura de vagas para docentes e técnicos nas Instituições para 2015 e 2016. A secretária Geral do Andes, Claudia March, reforçou ainda a necessidade de correção das perdas salariais dos aposentados, “decorrentes da desestruturação da carreira aprofundada pela lei 12.772/2012”.

Sérgio Mendonça reafirmou a intenção do governo em reduzir o percentual da folha de pagamento em relação ao PIB e novamente vinculou a discussão da reestruturação da carreira ao seu impacto financeiro. Os representantes da SRT/MPOG sinalizaram que a previsão do governo para uma nova reunião sobre a pauta específica dos docentes estava prevista apenas para o mês de junho, quando terão possibilidade de avaliar o espaço orçamentário.

Na avaliação de Claudia March, “a reunião não trouxe novos elementos e comprovou a estratégia do governo em postergar o processo de negociação. A nossa expectativa era que, conforme o Ministro do Planejamento tinha sinalizado em março, eles chegassem na mesa já com alguma sinalização de diretrizes no que diz respeito à efetiva negociação. Na verdade, na reunião de hoje eles apenas nos escutaram. Nós dissemos tudo o que o conjunto da categoria vem construindo de reflexão sobre o aprofundamento dos processos de precarização de condições de trabalho, sobre a questão que o impacto que a desestruturação da carreira tem no cotidiano dos docentes, sobre outras questões como a autonomia universitária e a defesa da educação pública. Eles só nos ouviram e não apresentaram nada de concreto, apenas um calendário que se estende por três meses, com previsão de nova reunião apenas em junho”.

Mendonça disse ser claro que as atuais tabelas eram o ponto de partida, mas que entende haver divergências entre as duas entidades em relação à carreira ser única ou não, na existência ou não de classe, e que iria tratar este tema com o MEC, pois segundo ele, esta posição que foi acordada em 2012, com as carreiras de MS e EBTT e com as classes, com promoção acelerada e promoção a titular, era a posição que ele conhecia do MEC. Mesmo com a não concordância da Andes.

Rolim questionou Mendonça sobre qual a disponibilidade orçamentária disponível pelo governo para esta negociação, já que o Ministro do Planejamento Nelson Barbosa falava em redução da relação Folha/PIB, “o que é preocupante, já que estamos em um período de redução do PIB”. Mendonça falou que essa redução tem que ser combinada com o aumento do PIB, que é a intenção do governo, e que isso não significava a diminuição salarial. Ele disse não saber ainda qual seria o montante disponível, e que não sabia se aconteceria agora o que ocorreu em 2012 quando os docentes receberam 4,3 bilhões de reais dos 15 milhões que foram disponibilizados para o conjunto dos servidores públicos federais do executivo, já que o ministro Barbosa sinalizava manter a proporção das carreiras no que é hoje. Ao que Rolim retorquiu que a presidente Dilma fala em Pátria Educadora e que isso deve ser efetivado com a valorização da Educação.

O Andes informou ao governo que deverá decidir pela a entrada em greve no dia 29 de maio, e que entendia que a próxima reunião já deveria ser na semana que vem, pois mais importante que o tempo do orçamento é o tempo da política. Esse foi o ponto mais tenso da reunião, pois Mendonça afirmou que era muito complicado a Andes anunciar na primeira reunião de negociação que já está marcada a greve, mesmo sem ouvir a proposta do governo. 

Eficácia das pesquisas universitárias

Por RAUL VALENTIM DA SILVA - professor aposentado da UFSC

A renomada revista Nature divulgou, com o título “Science in 2015”, suas previsões para o ano que começou. Prevê que os dez milhões de pesquisadores do mundo trabalhem cerca de 26 bilhões de horas e publiquem aproximadamente 920 mil artigos em revistas conceituadas. Os recursos para pesquisa e desenvolvimento devem chegar a 1,9 trilhões de dólares. O crescimento destes dispêndios foi de 36% entre 2005 e 2010 e deve alcançar 46% entre 2010 e 2015. Os cursos de pós-graduação que formaram 125 mil doutores em 2002 devem formar 260 mil em 2015.

Esses números auspiciosos mostram que mesmo em períodos de crise econômico-financeira, os países mais desenvolvidos não deixam de investir em P&D. Os dirigentes desses países estão convencidos de que os conhecimentos que vêm sendo gerados são muito valiosos para construir um futuro melhor para as respectivas nações e para toda a humanidade. Lembro que o professor e atual senador Cristovam Buarque, que foi reitor da UnB e ministro da educação, dizia que todo professor universitário deveria contribuir, através de suas pesquisas, para a evolução da ciência mundial ou, pelo menos, para a solução dos problemas da sociedade brasileira.

No entanto, o físico Rogério de Cerqueira Leite que é professor emérito da UNICAMP, em recente artigo publicado na Folha de São Paulo, informa que a mesma revista Nature publicou também dois artigos que podem deixar a comunidade acadêmica do Brasil profundamente envergonhada. O professor Cerqueira Leite intitulou seu artigo com a provocação: “Produção científica e lixo acadêmico no Brasil”. Dentre os 53 países analisados pela Nature o Brasil ocupa o 50º lugar, na frente apenas do Egito, Turquia e Malásia, com referência à eficácia no uso de recursos aplicados em pesquisa.

Em seu artigo, o professor Cerqueira Leite que tem participado de várias gestões da FAPESP e do CNPQ, onde é pesquisador emérito, atribui esta deplorável situação do Brasil a três causas básicas. A primeira seria o “distributivismo” demagógico que acaba levando recursos para equipes sem competências adequadas. A segunda causa seria o

emprego vitalício nas instituições públicas que resulta em acomodação de muitos pesquisadores. A terceira causa apontada é a burocracia no sistema de gestão das instituições públicas que acaba soterrando as iniciativas dos pesquisadores bem intencionados.

Acredito que a atual avalanche de resoluções sobre pesquisa na UFSC pode agravar especialmente esse terceiro problema apontado pelo professor Cerqueira Leite, com prováveis desdobramentos futuros em relação à primeira causa de ineficácia que apontou. Acredito também que as universidades federais podem ser muito competentes em gerar novos conhecimentos a partir de temas específicos, contando com a capacidade intelectual e a disposição de seus alunos, especialmente da pós-graduação. Mas também acredito que as IFES têm muitas dificuldades em identificar temas de pesquisa realmente relevantes para a sociedade brasileira. A visão disciplinar fragmentada, de uma realidade circundante que é essencialmente transdisciplinar, prejudica muito essa identificação.

A referida revista Nature em um editorial de 30/12/14, intitulado “Time for the social sciences”, propõe uma alternativa que poderia contribuir para aumentar a eficácia das IFES brasileiras. A realização de projetos multidisciplinares integrados que contemplem, além das ciências naturais e das áreas tecnológicas, também óticas sociais, econômicas e culturais poderia melhorar significativamente o desempenho do sistema universitário brasileiro. As universidades detêm competências interdisciplinares que não são devidamente utilizadas.

Entidades nacionais, como a ANDIFES, poderiam atuar junto ao MEC e ao MCTI para que nos projetos de origem governamental ocorresse uma maior integração das ciências naturais e com as sociais e as humanidades. Em Santa Catarina um processo de planejamento estratégico do setor industrial, patrocinado pela FIESC e pela FAPESC, está sendo desenvolvido com a participação de empresários e de professores das áreas de engenharia e economia, com ótimas perspectivas na avaliação dos participantes. Alunos formados em ambientes de pesquisa multidisciplinar, além

de mais motivados, adquirem uma visão mais abrangente do entorno, altamente benéfica para sua futura atuação profissional.

Nos países mais desenvolvidos, grande parte das organizações dos sistemas produtivos de bens e serviços dispõe de pessoal capacitado para acessar e utilizar os conhecimentos científicos e tecnológicos divulgados pelas universidades de todo o mundo, que sejam considerados relevantes. Tais pessoas detêm os conhecimentos básicos necessários e dominam os idiomas nos quais esses conhecimentos foram divulgados.

Em países como o Brasil as empresas e os órgãos públicos em geral não dispõem dessas condições e mecanismos. Assim, para que os conhecimentos das universidades possam ser efetivamente utilizados em benefício da sociedade brasileira, torna-se necessário um eficiente processo de extensão que consiga fazer uma verdadeira ponte entre a academia e os sistemas produtivos nacionais. O trabalho que está sendo desenvolvido pela FIESC, com o apoio da FAPESC, pode ser um bom exemplo desse processo.

Publicação de artigos no boletim impresso

A Comissão Editorial do Sindicato está estudando a melhor forma para a publicação de artigos de opinião escritos no boletim impresso. Atualmente a regra é de que os artigos publicados nas edições tenham no máximo três mil caracteres. Para esta edição, do mês de maio, os membros da Comissão decidiram, de forma experimental, aumentar o número de caracteres para seis mil e a publicação de dois textos. Esta regra poderá ser adotada permanentemente ou não, dependendo da avaliação que será feita pela Comissão nas próximas reuniões. A decisão final será amplamente divulgada pelos meios de comunicação da Apufsc. Vele lembrar que para a publicação de artigos nos meios eletrônicos, como site e newsletter, não há limitação de tamanho. Os artigos publicados nesta edição são os que já estavam nos arquivos do setor de imprensa e obedece a ordem de chegada.

A escravidão intelectual de nossos tempos: o racismo às avessas

Por MARCELO CARVALHO - professor do Departamento de Matemática da UFSC

“Fernando Holiday, você não imagina como eu tô ansiosa pra te encontrar nos corredores da UNIFESP. Seu rolê na EFLCH vai ser assim: ou você vai aprender a ser preto de verdade ou você não vai aguentar um 1 mês de aula. Você não tem noção de onde está se enfiando, mlk. MESMO! Ah, só não esqueça que você será cobrado pelas *****(palavrão) que você falou e lá você não vai ter o apoio de seus seguidores virtuais todos os dias. Até a semana da calourada, meu beim”.

O trecho acima, de autoria de uma estudante de pedagogia da UNIFESP, é dirigida a Fernando Holiday, um jovem negro que não se submete aos estereótipos comuns repetidos como mantras por muitos dos ditos “coletivos” criados para homogeneizar e monopolizar uma determinada causa e, assim, mais facilmente enquadrar quem pensa diferente. Mas, a tentativa de enquadrar Fernando revela uma escravidão às avessas onde o negro e outras minorias devem obediência total ao que esses coletivos determinam. Mas, o que são esses coletivos, afinal? Qual é a sua agenda? É fácil responder analisando a forma como esses movimentos disformes se organizam e atuam. O que se percebe em todos eles é que esses coletivos surgem afirmando um certa causa, mas sua atuação sempre se faz pelo recurso de uma “luta de classes”, ainda que de forma difusa, pois não há nenhum compromisso desses coletivos em estabelecer um diálogo propositivo, ou de algo que possa ser construído a partir de um convencimento. O que interessa para o coletivo é acirrar conflitos. Com efeito, basta ver que muitos desses coletivos estão sempre à espreita explorando todas as oportunidades para avançar sua causa e, na sua forma de atuação, o que prevalece é sempre a truculência de manifestações de repúdio disso e daquilo onde eles se vitimizam pondo-se como oprimidos, tudo isso, é claro, recheado dos mais obtusos clichês e palavras de ordens que não escondem seu real propósito ao misturar sua causa com algum tipo de discurso “emancipatório” de inspiração marxista.

No caso de Fernando, é dito que ele tem que aprender a ser “preto de verdade”. Mas, o que seria ser preto de verdade? Será que ser “preto de verdade” envolve apenas se

expressar na forma como esses coletivos determinam? Ora, estamos aqui diante de um caso escabroso de servidão que se reveste de uma nova roupa, pois se no passado os negros eram submetidos pela força de castigos físicos e humilhações, hoje eles são submetidos por força de um terror psicológico da parte de um coletivo amorfo que se impõe de forma impiedosa sobre quem é de fora, estigmatizando e assediando quem pensa diferente; é o que hoje poderíamos identificar como “bully coletivo”, já que o assédio não é de autoria de um indivíduo sobre outro indivíduo, mas sim de um coletivo sobre um indivíduo. Aliás, muitas das feministas

A tentativa (...) revela uma escravidão às avessas onde o negro e outras minorias devem obediência ao que esses coletivos determinam

são verdadeiras “experts” nessa estratégia. Se sozinhas são uns “anjinhos”, quando juntas parecem crescer músculos e pelos que dariam inveja aos mais viris dos bárbaros e, subitamente, criam coragem para constranger outros grupos, notadamente cristãos. Mas, é claro, as pobres mocinhas sabem o terreno em que pisam, pois, mesmo camufladas e pretensamente protegidas num coletivo, sabem que podem profanar uma catedral de Notre Dame na França para fazer uma performance onde escandalizam mostrando seus seios caídos, já que os católicos de lá, intimidados pelo coletivo, assim permitem, contudo, não parecem ter a mesma coragem de ofender os muçulmanos e fazer a performance numa mesquita, por que será?

Mas, voltando ao caso envolvendo Fernando, o que causa surpresa nisso tudo é que a mensagem de ódio contra Fernando exibe uma prepotência e arrogância que seria mais esperado daquelas “senhoras do engenho” com poder feudal de vida e morte sobre seus escravos, e não de uma estudante universitária. A situação nos leva então a

refletir sobre um problema recorrente nas universidades brasileiras e que diz respeito ao velho patrulhamento ideológico com que a esquerda militante tenta, ainda hoje, enquadrar todos os que publicamente expressam uma opinião dissonante.

Aliás, o próprio Fernando, antes mesmo de ingressar na UNIFESP, reconhece isso em um trecho de seu texto “A Insanidade das Universidades Brasileiras”:

“É sabido por muitos que a esquerda domina as universidades no Brasil. Várias teses são apresentadas como motivo para tal lástima, mas, independentemente de como chegaram lá, o que mais assusta é o nível de seu poderio e o tamanho de sua insanidade. Como muitos já devem saber, fui vítima de ataques e ameaças por parte de alunos da UNIFESP por ter feito dois vídeos: um criticando o sistema de cotas raciais e outro respondendo a comentários insanos feitos ao primeiro. Essa universidade trata-se da mesma na qual fui aprovado para o curso de Filosofia, no Campus de Guarulhos. Não houve, por parte dos maníacos, nenhuma preocupação em debater de forma sensata o assunto proposto, todos os comentários foram ataques ad hominem, ao melhor estilo “facebookiano”.

Ora, a negação de um embate sobre o tema, que se detenha nos razoáveis limites da exposição de uma argumentação, leva a um descrédito do próprio espaço acadêmico que se transforma então em espaço de militância política ideológica. Infelizmente, como o trecho acima sugere, parece que vários cursos de nossas universidades se transformaram exatamente nisso. É salutar que pessoas como Fernando Holiday questionem esse “status quo” perverso, para o bem da própria universidade, e isso independe de concordarmos ou não com os pontos de vista de Fernando. O ponto é outro, já que ao enfrentar o bully e encarar esses coletivos Fernando Holiday está contribuindo enormemente para a causa negra, pois ele mesmo, como negro, ao se insurgir reivindica um espaço que só cabe a ele decidir ocupar. Assim, ao não se deixar tutelar pela agenda desses coletivos, algo que lhe é estranha, Fernando dá um exemplo de liberdade plena que não só os negros, mas todos, deveriam aspirar.

Sindicato contribui no Plano Estadual de Educação

A Apufsc-Sindical participou ativamente da discussão e formulação das Metas e Estratégias das Contribuições do Fórum Estadual de Educação para a versão preliminar do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina, PEE/SC 2015-2024. O Sindicato foi representado pelo professor Milton Muniz como titular, que teve como suplente os professores Ricardo Tramonte, período de 22 de novembro de 2012 a 31 de outubro de 2014, e Pedro Antônio de Melo a partir de 31 de outubro de 2014.

O Fórum Estadual de Educação de Santa Catarina foi instituído pelo Decreto nº 686/11 e instalado em 22 de novembro de 2012 com 34 entidades. O Fórum contribuiu na elaboração da proposta do Governo do Estado de Santa Catarina para o Plano Estadual de Educação (PPE) 2015 a 2024, que tem 19 metas e estratégias. Os representantes do Sindicato, em conjunto com outras entidades, subscreveram algumas delas.

Uma delas é otimizar, com a participação da União, do Estado e dos Municípios, a capacidade instalada da estrutura física e a disponibilização dos recursos humanos das instituições públicas e privadas (comunitárias, particulares, filantrópicas e confessionais) de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso ao ensino superior, observado o disposto nos artigos 19 e 20, da LDB n. 9.394/1996.

Ampliar e garantir a oferta de bolsas de estudos para graduação e pós-graduação, aos professores e demais profissionais que atuam na educação básica é outra estratégia defendida pela Apufsc, através de seus representantes, como também criar programas de formação de mestres e doutores para a educação com recursos advindos da Fapesc.

Outra estratégia defendida é a de ampliar a oferta de programas de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura graduação, a fim de aprimorar a formação dos profissionais para atuarem no magistério da Educação Básica de acordo com a necessidade por área de conhecimento. Além de criar e implementar cursos de licenciatura programas específicos de formação, em a nível, para profissionais que atuam nas escolas do campo, comunidades indígenas, quilombolas, educação especial e, estratos historicamente excluídos, em regime de colaboração com instituições públicas e comunitárias de ensino superior.

Criar e consolidar portal eletrônico para subsidiar a atuação dos profissionais da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível. Possibilitar a toda a comunidade educacional o acesso gratuito aos portais eletrônicos institucionais de educação que disponibilizam materiais didáticos e pedagógicos suplementares.

Por fim, o Sindicato defende a ampliação do investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado no quinto ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.

O professor Muniz afirma que “a Apufsc-Sindical está disponível e vai atuar, ativamente, com as demais entidades que compõe o Fórum Estadual de Educação, junto a Assembleia Legislativa na tramitação do Projeto de Lei do Plano Estadual de Educação, contemplando as propostas elaboradas e encaminhadas pelo Fórum Estadual de Educação”.

Deliberações nas Assembleias Gerais foram prejudicadas por falta de quórum

As duas Assembleias da Apufsc agendadas para terça-feira (05) foram prejudicada por falta de quórum e, com isso, os assuntos da pauta não foram deliberados. Na AG Ordinária, onde aconteceriam as apresentações da Prestação de Contas do Exercício de 2014 e do Plano Anual de Trabalho da Diretoria 2015, compareceram 24 professores. Já na AG Extraordinária, que tinha como pauta a consulta informal à comunidade universitária para escolha de reitor(a) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), foi registrada a presença de 62 associados. De acordo com o Estatuto do Sindicato, para qualquer deliberação nas AGs é preciso a presença mínima de 5% dos associados, ou seja, cerca de 130 docentes.

Posição do Sindicato sobre consulta para reitor será tomada em junho

A consulta informal para a escolha de reitor(a) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) foi pauta da reunião do Conselho de Representantes (CR) no dia 14 de maio. Mesmo com quórum, os membros pediram mais tempo para analisar melhor o assunto e uma decisão final de como a Apufsc deverá se posicionar sobre a consulta será tomada na reunião do CR do mês de junho.



Publicação mensal do Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina (Apufsc-Sindical)

ENTRE EM CONTATO

Endereço: Sede da Apufsc, Campus Universitário, CEP 88040-900, Florianópolis/ SC (48) 3234-5216 | 3234-3187
www.apufsc.org.br
imprensa@apufsc.org.br

DIRETORIA GESTÃO 2014/2016

Presidente

Wilson Erbs

Vice-Presidente

Claudio José Amante

Secretário Geral

Edinice Mei Silva

1º Secretário

Luiz Gonzaga de Souza Fonseca

Diretor Financeiro

Bernardo Walmott Borges

Diretor Financeiro Adjunto

Antonio de Miranda Wosny

Diretor de Divulgação e Imprensa

Rose Elaine de Liz Waltrick

Diretor de Promoções Sociais, Culturais e Científicas

Jovelino Falqueto

Diretor de Assuntos de Aposentadoria

Bernadete Limongi

PRODUÇÃO

Jornalista Responsável

Clodoaldo Volpato (SC - 2028 JP)

Projeto Gráfico

Cristiane Cardoso (SC-634 JP)

Editoração Eletrônica

Bianca Enomura

Impressão

Gráfica Rio Sul

Tiragem 4.000 exemplares

Distribuição gratuita e dirigida

COMISSÃO EDITORIAL 2015/2016

Presidente

Rose Elaine de Liz Waltrick

Membros

Anelise Reich Corseuil

Edinice Mei Silva

Joana Sueli de Lazari

O conteúdo dos artigos assinados é de responsabilidade dos autores